**A AUTONOMIA POLÍTICA DOS GOVERNADORES-GERAIS DO BRASIL
SOB A ÓTICA DO PANEGIRISTA JUAN LOPES SIERRA**
THE POLITICAL AUTONOMY OF BRAZILIAN GENERAL GOVERNORS
FROM THE POINT OF VIEW OF THE PANEGYRIST JUAN LOPES SIERRA

GUILHERME AMORIM CARVALHO | Mestre em História pela Universidade de Brasília (UnB). Membro do Programa de Estudos Medievais da Universidade de Brasília (PEM-UnB).

RESUMO

O presente artigo analisa o documento histórico “As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)”, que trata da construção da imagem ideal de governante, inspirada no modelo político do período. A partir disso, pretende-se compreender a dinâmica do poder no âmbito do governo-geral, em relação à articulação entre ser cabeça política e exercer a justiça com autonomia relativa.

Palavras-chave: teoria corporativa de governo; justiça; governo-geral do Brasil.

ABSTRACT

The present article analyses the historical document, “As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)”. The document broaches the construction of the ideal image of governor, inspired by the political model from that period. On this basis, it’s intended to comprehend the dynamics of Power inside the ambit of the general government, on the articulation between being the political head and exercise justice with relative autonomy.

Keywords: corporate theory of government; Justice; Brazilian General Government.

RESUMÉN

Este artículo analiza el documento histórico “As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)”. El documento trata de la construcción de la imagen de gobernante ideal, inspirado en el modelo político de la época. A partir de esto, tenemos la intención de comprender la dinámica de poder dentro del ámbito del gobierno general, en cuanto de la articulación entre ser cabeza política y ejercer la justicia con autonomía relativa.

Palabras clave: teoría corporativa del gobierno; Justicia; gobierno general del Brasil.

Neste artigo, partiremos da análise de um panegírico fúnebre, escrito no século XVII, na Bahia, dedicado ao falecido governador-geral Afonso Furtado, para entender, em linhas gerais, o modo pelo qual determinados fundamentos políticos e sociais relacionados à autonomia política dos governadores-gerais são encadeados no discurso do panegirista, e como tais fundamentos emergem e são transmitidos por esta construção literária, contribuindo para a dinâmica da política imperial portuguesa, que remontava a um imaginário político, jurídico e teológico medieval e corporativo. Por outro lado, uma vez que a intenção do discurso deste documento é tornar-se memória, fez-se necessário analisar de que maneira o homenageado, aos olhos do autor, interpretava e compreendia os preceitos do modelo político do período, que balizavam sua autonomia, na perspectiva de suas próprias experiências.

O referido documento, publicado sob o título “As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)”, organizado por Stuart B. Schwartz e Alcir Pécora, traduz para o português o manuscrito adquirido pelo próprio Schwartz, no ano de 1968, a um alfarrabista, em Lisboa. O documento, conhecido originalmente como “Vida ó panegvirico fvnebre al Señor Afonso Furtado Castro do Rio Mendomcà”, é assinado por Juan Lopes Sierra, datado de 1676, na “Ciudad de San Salvador Bahia de Todos Los Santos”, e escrito em espanhol. Antes da edição em português, foi publicado por Stuart B. Schwartz e Ruth Jones, em 1979, em uma edição inglesa comentada. Assim, frente ao desinteresse dos especialistas, o texto só começou a ser traduzido para o português em 1998, e finalmente publicado em 2002 (Schwartz; Pécora, 2002).

O documento relata a história da administração e morte de d. Afonso Furtado, governador-geral do Brasil, entre 1671 e 1675. É um panegírico fúnebre, ou seja, um livro honorífico, feito sob encomenda. Nas partes preliminares do texto, o autor, Juan Lopes, apresenta-se como um escritor rústico, testemunha dos fatos, e prepara o leitor para a narração das ações de d. Afonso como governador-geral do Brasil, “nosso grande herói”. Os primeiros feitos narrados, e que interessam particularmente a este artigo, dizem respeito à vinda providencial do governador para pôr em ordem as coisas na Bahia que, segundo o autor, encontravam-se em uma situação desastrosa. Por meio de sua “política e religiosa compostura”, d. Afonso restituiu a paz à capitania e iniciou sua “boa administração”, cujo maior êxito foi a captura dos indígenas, e o maior fracasso, a falta de resultado no empenho em descobrir jazidas de riquezas minerais, que, no entanto – como aponta o panegírico –, não foi responsabilidade dele, mas dos conselhos viciosos de certos homens que o auxiliavam. Em seguida, Juan Lopes dedica várias páginas à descrição da valentia com que o governador suportou a terrível doença que o levou à morte, e, já resignado com a ideia do fim, observou os procedimentos católicos e pôs em ordem todos os assuntos políticos para que nada ficasse pendente para a futura administração. As últimas páginas são dedicadas ao detalhamento da cerimônia fúnebre e enterro do governador, além das considerações finais de Lopes, visando refutar as críticas feitas à administração de d. Afonso, por parte de seus inimigos políticos (Schwartz; Pécora, 2002).

No que respeita ao autor do panegírico, Juan Lopes Sierra, sabe-se muito pouco, apenas as informações fornecidas pelo próprio, ao longo do texto. Segundo ele, a obra foi encomendada por Antônio de Sousa e Meneses, sobrinho de Afonso Furtado. Ele tinha 72 anos de

idade quando completou o texto e se autodenominava “o rústico”, alegando possuir apenas nove meses de educação formal. Não se sabe ao certo a data de sua chegada ao Brasil e nem os motivos de sua permanência, assim como não foram descobertos documentos sobre sua vida, em Portugal ou no Brasil (Schwartz; Pécora, 2002).

O documento trata de um período no qual o governo-geral vigorava como instituição administrativa na América portuguesa, portanto é necessário traçar, ainda que de forma breve, os caminhos que a historiografia percorreu para explicar o papel do governo-geral e de seus representantes.

Nesse sentido, podemos perceber, de um modo geral, duas interpretações historiográficas de cunho “centralista” que, embora divergentes, apresentam um inegável teor nacionalista. Uma, busca criar a identidade nacional pautada no elogio da colonização portuguesa, e a outra, na sua negação. Sob tal lógica, a instituição do governo-geral foi interpretada superficialmente como uma extensão do braço administrativo da metrópole sobre a colônia, no intento de organizar a sociedade após o fracasso do sistema de capitânias, por homens nobres em busca de engrandecer a empresa da coroa, ou como a transposição arbitrária do quadro administrativo burocrático do tipo absolutista sobre uma sociedade caótica, onde os fundamentos para que ele se desenvolvesse não existiam, pois os “conquistadores” visavam somente seus interesses privados e não o “serviço de sua real majestade”.

A unilateralidade ou a verticalização das relações entre metrópole e colônia têm sido assuntos recorrentes desde os pioneiros da historiografia brasileira, passando pela década de 1930, e ainda hoje encontramos seus ecos em estudos mais recentes. No entanto, recuperou-se, na Nova História Política, o conceito de império português, numa perspectiva que leva em consideração novas problematizações, ao incorporar às pesquisas as peculiaridades internas dos diversos contextos administrativos nos territórios portugueses além-mar, tornando o olhar historiográfico mais sensível às lógicas próprias de atuação de instituições como o governo-geral e, portanto, dos agentes encarregados do seu funcionamento.

É procurando dialogar com as novas propostas teóricas e metodológicas dessa historiografia, que pretendemos desenvolver o presente artigo. Posto isso, entendemos que a instituição do governo-geral ocorreu mediante um processo, em que o seu representante, o governador-geral, exercia a função de “cabeça política” daquela sociedade que se desenvolvia e, como tal, era seu dever ordená-la. O governador tinha que agir para dar ordem à construção da sociedade e à sua administração no novo mundo. Ele não poderia simplesmente transplantar os modelos sociais e administrativos da metrópole de forma mecânica, e, por outro lado, tampouco poderia impor uma nova ordem arbitrária. Assim, como se deu esse processo que institucionalizou o governo-geral? Primeiramente, devemos considerar que os governadores-gerais interagiam com as estruturas do poder do reino, e mesmo quando falamos em relações de concorrência ou de disputas de poder, é deste modo que devemos compreendê-las, como uma influência recíproca, e não apenas como a oposição entre forças centrais e periféricas, pois embora tenha sido uma instituição criada a partir do “centro”, seus oficiais possuíam autoridade para agir com forte autonomia, ainda que orientados por suas interpretações do que era útil ao bem comum do império português.

No tocante à autonomia política dos oficiais régios, o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra, traz as ações do governador-geral d. Afonso (1671-1675), selecionadas pelo seu autor para demonstrar a prudência das suas decisões e os benefícios que elas trouxeram para a coroa e para o “Estado do Brasil”. Simbolicamente, a autonomia funcional de d. Afonso aparece nas passagens do panegírico que fazem referência ao governador como uma representação do monarca, a partir das quais se pode vislumbrar o papel que os governadores-gerais possuíam na sociedade e as qualidades desejáveis para ser considerado como bom oficial. Tal papel e qualidades deveriam coincidir com as do monarca, haja vista que o governador-geral ocupava a posição “de tão grande altura, qual era a da cabeça do Príncipe” (Sierra, 1676). De acordo com esse discurso, o cargo de Afonso Furtado encontrava-se à altura do monarca, pois tinha sua origem nele, ou seja, o governador habitava a mesma esfera de ação do rei, e, portanto, deveria esforçar-se para corresponder às exigências e responsabilidades do ofício que ele lhe havia delegado.

Com base na produção historiográfica mais recente sobre os estudos coloniais, as trajetórias dos oficiais da coroa portuguesa nas conquistas vêm ganhando novas interpretações, como no caso dos governadores-gerais, que gozavam de uma grande autonomia na administração das conquistas, sendo-lhes permitido desconsiderar ou modificar as ordens régias contidas em seus regimentos,¹ caso pensassem que as alterações, devido às circunstâncias, serviriam melhor aos interesses da própria coroa. Isso se justificava pelo fato de que sua administração era levada a cabo em terras de ocupação recente, em constante transformação, distantes fisicamente do reino, com particularidades distintas às da Europa, onde as tradições políticas e jurídicas já se encontravam, de certa forma, balizadas, mas também pelo próprio modelo corporativo do reino, que constituía o referencial do processo de organização das conquistas, e pressupunha a determinada autonomia do poder local.

OS FUNDAMENTOS DA AUTONOMIA POLÍTICA DOS GOVERNADORES-GERAIS DO BRASIL

Os princípios que balizam a autonomia política dos oficiais régios portugueses remetem a uma antiga concepção que compreendia o poder divino ora como *potestas ordinata*, a partir da qual Deus mantinha a ordem natural do universo tal qual ele a havia criado, ora como *potestas extraordinaria*, mediante a qual Deus poderia mudar essa ordem, segundo os desígnios de sua vontade. Os monarcas, como imagens terrenas do Criador, também possuíam a capacidade de exercer uma *potestas extraordinaria*, em circunstâncias que pediam sua intervenção para o melhor interesse do bem público, ou bem comum (Soria, 1988). Essa lógica também poderia ser aplicada aos governadores-gerais, desde que a motivação para o exercício desse poder fosse o melhor serviço do rei e do bem comum.

Assim, a sociedade possuía um caráter corporativo que estava estreitamente ligado ao conceito de coroa e de bem comum. A coroa, para além do corpo natural do rei ou das

1 Embora seja difícil supor que o mesmo valia para ordens diretas do rei ao governador.

delimitações geográficas do reino, era uma ficção que representava os direitos soberanos do corpo político ou da *universitas*, e, portanto, era superior tanto ao rei quanto ao reino, embora sempre ligada a ambos. Essa concepção distinguiu claramente o que servia ao rei e o que pertencia inalienavelmente à coroa, em função do bem comum e do corpo político (Hespanha, 1994), reforçando, assim, o caráter corporativo, pois tanto o rei como os outros membros da *universitas* possuíam deveres perante a coroa, que encarnava os direitos e aspirações do reino.

O reino era concebido de duas maneiras: por um lado, como conjunto de todos seus membros, e, por outro, como entidade abstrata, a *universitas*, que assumia um aspecto perpétuo, e, portanto, era distinta de seus membros mortais, embora não desvinculada deles. Era por meio de seus componentes humanos que a estrutura administrativa da *universitas* se organizava. Como se pode observar, essa concepção remonta à formulação dos dois corpos do rei (Kantorowicz, 1998).

Em virtude do caráter impessoal que caracterizava a ordem política do reino desde o monarca até cada um de seus vassallos, a coroa poderia ser confundida com a noção de bem comum, pois apesar do rei ser o principal meio pelo qual ela se manifestava, a coroa, enquanto representação do corpo político do reino, englobava todos os membros da corporação, formados também pela nobreza, conferindo-lhe uma feição compósita (Pennington, 2011).

Dessa forma, na qualidade de maior oficial do monarca nos novos territórios, o governador-geral tinha, assim como o rei, a função de representar a unidade das instituições que compunham sua administração, de manter a ordem e o seu funcionamento, além de resolver conflitos de interesses entre os vários corpos da sociedade e garantir que cada um pudesse exercer as respectivas funções. A autonomia funcional dos corpos remonta ao princípio de autogoverno da tradição medieval, que justifica a autonomia política das formas de organização social, como é o caso das conquistas (Soria, 1988) – uma dinâmica política na qual se assenta a sociedade corporativa.

Outra concepção que reforça a autonomia relativa, e que remonta igualmente à tradição medieval, é a de que a criação das leis era um processo que seguia a ordem natural das coisas. Sempre que uma circunstância perturbasse a ordem, leis eram criadas para que a sociedade retomasse seu curso natural. No entanto, esse processo estava sempre contrabalanceado pelo costume, representado pela vontade do povo, ou pelo bem comum (Pennington, 2011).

Nesse sentido, a autonomia dos governadores-gerais tinha seus fundamentos também na concepção natural da sociedade e na doutrina do *ius gentium* ou direito das gentes, derivada do direito romano, e que, segundo alguns juristas medievais, eram reflexos das leis naturais (*ius naturale*). O direito das gentes tinha sua origem em Deus, enquanto criador da ordem natural, o que garantia a inalienabilidade dos direitos das comunidades e era legitimado pelo costume, pela observância de sua coerência para com a realidade e o imaginário social (Pennington, 2011).

A desconsideração e a adaptação de cláusulas dos regimentos dos governadores-gerais não configurariam uma violação das normas naturais, desde que isso ocorresse para a adequação ou readequação da razão de ser da sociedade, que era a paz e a boa vida (Pennington, 2011), ou a boa convivência.

Posto isso, a autonomia relativa dos diversos polos do poder de maior ou menor hierarquia era constantemente reafirmada pelo direito pluralista, no qual as normas gerais não suprimiam as normas locais, pelos deveres morais de retribuição de privilégios institucionalizados em redes de interesses, que poderiam ser baseadas na amizade, parentesco ou clientela, e também pela possibilidade da utilização de atributos reais pelos oficiais régios de maior importância, como é o caso dos governadores-gerais (Hespanha, 2007).

A autonomia relativa é envolvida também pela noção de *respublica christiana*, que englobava toda a comunidade católica. Dentro desse extenso grupo, cada pessoa fazia parte de outros grupos, maiores ou menores. Essa natureza das pessoas de se organizarem em corporações levou a diferentes formas de se pensar o direito e o poder, que presumiam não apenas a relação entre a cabeça e seus membros, mas também a relação entre as diversas corporações (Pennington, 2011).

O poder mantinha-se pelo interesse da sociedade na manutenção do bem comum. A criação de uma “personalidade coletiva”, ou *universitas*, permitiu que a organização social fosse conformada para lidar adequadamente com as corporações sociais, justificando legalmente sua autonomia política e jurídica e sua capacidade de auto-organização. Assim, toda atividade dos poderes superiores deveria estar orientada para a resolução de conflitos nas esferas de interesses (Hespanha, 1994), ou, segundo a representação de sociedade do período, a função da cabeça política era coordenar os membros que compunham o corpo social.

Um episódio narrado por Lopes Sierra no início do panegírico, ainda acerca do governo de Alexandre de Sousa,² faz uma referência à sociedade como um corpo coordenado por uma cabeça. Tal episódio diz respeito à necessidade de se reforçar as fortalezas da cidade de Salvador em virtude de iminente ataque de uma armada holandesa:

Não havendo ajudado pouco ao referido achar-se aqui o vice-rei da Índia, Antônio de Melo e Castro, que naquele tempo havia chegado dela, porque logo que foi apresentada a ordem de Sua Alteza, ele e seu filho vieram em pessoa ao palácio a tomar, como se fossem oficiais, as ordens do governador, quanto à reedificação das fortalezas com os engenheiros; asseguradas da cidade as entradas, trincheiras e demais obras, se viu quanto importa, em casos tais um bom caudilho, pois ao exemplo de ver os soldados, era o primeiro a pegar pá e enxada. Não restou ninguém que não obrasse o que as partes de um humano corpo, que seguem os pés o que a cabeça dita (Sierra, 1676).

Além de ilustrar a representação da sociedade como um corpo coordenado por uma cabeça, este episódio também evoca um importante traço das relações hierárquicas e jurisdicionais entre os poderes locais e os poderes do reino. Nota-se que, embora a ordem para a reedificação das fortalezas e demais reparos na cidade tenha partido diretamente do re-

2 Alexandre de Sousa foi o antecessor de d. Afonso no cargo de governador-geral do Brasil, de 1667 a 1671.

gente d. Pedro II de Portugal,³ e que Antônio de Melo e Castro estivesse hierarquicamente ao mesmo nível de Alexandre de Sousa, o vice-rei da Índia foi à presença do governador-geral para que dele recebesse devidamente as ordens, respeitando, dessa maneira, os limites jurisdicionais e territoriais de cada uma das instâncias de poder. A existência de duas cabeças em um mesmo corpo configuraria uma anomalia, portanto os dois oficiais régios deveriam respeitar seus respectivos foros, mantendo a harmonia necessária para que a disposição régia fosse executada com êxito e em proveito de todos, pois tanto o governador como o vice-rei eram, antes de tudo, vassallos do rei.

A PRUDÊNCIA DE AFONSO FURTADO NO SERVIÇO DE “SUA ALTEZA”

O cargo de governador-geral não possuía um caráter meramente representativo, considerando a autonomia que este conferia aos seus dignitários e que lhes permitia tomar a frente em algumas resoluções de caráter mais urgente, tendo em vista não somente o prejuízo que a morosidade dos trâmites dessas decisões poderia acarretar à real fazenda, mas também para cumprir corretamente suas funções, e, conseqüentemente, preservar o interesse público. Esse tipo de prática aparece ao longo do panegírico de Lopes Sierra em diversas ocasiões. Uma delas diz respeito a uma embarcação enviada pelo regente de Portugal à Índia, a qual este fez questão de ir “em pessoa” ao porto do Paço de Arcos para mandar desamarrá-la. Tal embarcação levava pessoas ilustres, como o arcebispo de Goa, o conde de Vila Pouca, e o vedor da Real Fazenda da Índia. A nau, ao tentar subir o cabo da Boa Esperança, estando com “muita gente menos” devido a uma “febre” que contagiou quase toda a tripulação, foi atingida por grande tormenta, o que lhe custou o mastro principal, vindo então a atracar no Brasil, em busca de socorro. Perante a situação, o governador acudiu de imediato. Após acomodar os tripulantes, Afonso Furtado chamou os oficiais marítimos em conselho para que diagnosticassem a situação da nau. Havendo o conselho votado que em razão da embarcação necessitar de mastreação nova e de uma carena real – reparos que necessitavam de um tempo maior do que se dispunha para dar seguimento à viagem para a Índia –, devia-se avisar “a sua alteza para que de lá ordenasse o que fosse servido”. No entanto, segundo o autor do panegírico, eis o que se passou:

Não ficou satisfeito nosso herói com tal resolução, fundado em duas razões, a primeira era que a nave era nova e não podia necessitar de Real carena, que era a que havia mister de tempo e dinheiro; a segunda, que era a mastreação, essa se podia vencer com aplicação e trabalho em seus aprestos, porquanto, do contrário, eram grandes os danos que se seguiam, assim à fazenda de Sua Alteza, como aos passageiros (Sierra, 1676).

3 Durante o período a que se refere o panegírico (1671-1676), Portugal foi governado por Pedro II, como regente.

A partir desse episódio, podemos perceber alguns traços importantes acerca das relações de poder no âmbito do governo-geral. Por um lado, notamos determinada autonomia dos oficiais marítimos em deliberar acerca dos assuntos relacionados à navegação, ou seja, possuíam uma jurisdição própria, em virtude da qual Afonso Furtado tratou de convocar um conselho para ponderar acerca da situação da embarcação e, dessa maneira, tomar a decisão mais ajustada. Por outro lado, notamos que mesmo os oficiais marítimos havendo votado que a nave necessitava de sérios reparos, e que, em razão disso, tal provisão deveria partir do regente de Portugal, a decisão final coube ao governador, que, enquanto representante do monarca e maior autoridade da América portuguesa, deveria assegurar os interesses da coroa, juntamente com os do povo “brasiliense”.

Lopes Sierra afirma que o regente de Portugal havia encarregado Afonso Furtado de duas funções: “uma, que solicitasse umas minas de salitre, prata e ametistas, que se diziam estavam junto do rio Verde; a outra, a conquista dos bárbaros”. Acerca desta segunda tarefa, e ainda com relação ao esgotamento da fazenda real e à autonomia relativa do governador, Lopes Sierra descreve as dificuldades que se opuseram à “conquista dos bárbaros”, tendo em vista que o primeiro sucesso da empresa não havia rendido muitos frutos:

Notável foi o sentimento que teve nosso herói, vendo o pouco fruto que haviam conseguido os moradores do muito que haviam despendido e em negócio em que Sua Alteza e eles iam tão interessados, matéria que lhe causou perplexidade, não por uma, senão por muitas razões. A primeira, achar-se a república exausta de esperanças de conseguir remédio pelas mãos dos paulistas; a segunda e mais forçosa, não achar-se capaz de admitir nova contribuição para empenho em que não se prometiam melhoras, por outra parte, atendia que, se bem que Sua Alteza lhe havia mandado ordem para que a conquista se fizesse por sua real fazenda, ela estava atenuada e, para deliberar-se era necessário justificar qualquer determinação que houvesse de resolver, assim para satisfazer à Sua Alteza, como à República (Sierra, 1676).

Na passagem anterior, percebe-se o esforço de Lopes Sierra em demonstrar o zelo de d. Afonso com os moradores da Bahia e sua grande preocupação por ter fracassado na primeira tentativa de solucionar os ataques indígenas que assolavam a capitania. Essa preocupação deveu-se, em parte – como se pôde perceber nas palavras do autor –, à escassez das fazendas, tanto do reino como da América portuguesa, e, portanto, à dificuldade em se obter recursos de ambas as partes para prosseguir com uma empresa que não havia alcançado resultados satisfatórios. Ainda para além dessa questão econômica, observa-se outro nível normativo próprio de uma sociedade baseada em uma concepção corporativa de distribuição do poder, como a ideia de que o interesse do rei ou do governador-geral, enquanto seu representante, confundia-se com o da população que eles deveriam ordenar. Numa ocasião em que estariam envolvidos os interesses de toda a comunidade – do rei e de seus súditos da América portuguesa – o governador deveria prestar contas de suas decisões a “Sua Alteza e à República” (Sierra, 1676), ou seja, ao monarca e aos habitantes do “Estado do Brasil”, neste

caso, principalmente aos moradores da capitania da Bahia, que padeciam os levantes indígenas, ou como Lopes Sierra coloca, o “achaque de corpos grandes” (Sierra, 1676).

Nota-se que em relação ao apresto da nau que se dirigia à Índia, as resoluções atinadas de Afonso Furtado decorreram de mera oportunidade, enquanto que no caso da “conquista dos bárbaros”, por envolver tanto o interesse da população da América portuguesa como o interesse da coroa, o governador deveria proceder de maneira que suas decisões fossem adequadas para ambas as partes, de acordo com a lógica de respeito à conveniência pública do império, pois tudo o que tange à corporação como um todo deve ser decidido em conselho, por todos os representantes do corpo político, e não apenas pelo arbítrio da cabeça política (Kantorowicz, 1998). Percebe-se que ao mesmo tempo em que o bem comum confere poderes extraordinários ao governador, ele também o limita, pois o governador não poderia ferir o princípio de zelar por ele, haja vista que é exatamente essa função que legitima sua autonomia. De acordo com Lopes Sierra, acerca da “conquista dos bárbaros”, Afonso Furtado optou pelo seguinte:

Com que havendo, pois, atendido a uns e outros empenhos acordou em mandar fazer uma que chamam de mesa de fazenda, que é como conselho dela, e que não só se achassem nela os ministros de sua jurisdição, senão que fosse uma junta geral de todos os tribunais, de justiça, político, cabos-mores da milícia e pessoas principais para com eles conferir o mais conveniente ao serviço do Príncipe e ao bem público. Juntos que foram, se fez esta prática (Sierra, 1676).

Como narrado por Lopes Sierra, Afonso Furtado consentiu que se dispusesse uma “mesa de fazenda”, que corresponderia a um “conselho dela”. No reino, o Conselho de Fazenda tinha como principal objetivo a administração da Fazenda Real, e fazia a consulta dos assuntos financeiros mais importantes que se apresentariam ao rei (Subtil, 1992). No caso da junta-geral realizada pelo governador, observamos uma adaptação dessa instituição do reino, uma vez que havia a iminente necessidade de se aumentar os impostos para poder dar continuidade à guerra contra os levantes dos “gentios”.

Lopes Sierra afirma que Afonso Furtado ordenou que na referida Mesa estivessem presentes não somente os ministros de sua jurisdição, mas de todos os tribunais, o que sugere que não somente os referidos “tribunais” tinham esferas jurisdicionais bem definidas e reconhecidas, mas também eram considerados indispensáveis, tal como “as pessoas principais” ou “homens bons desta praça”. Somente assim se garantia o bom funcionamento daquela sociedade. Cada foro deveria desempenhar seu papel tendo em vista o “bem público”, o propósito final que regulava os atos e decisões de Afonso Furtado, assim como os das demais instâncias de poder. Essa convocação de todos os principais “estados” da Bahia denota também uma representação de todo o “corpo” daquela sociedade, de acordo com o modelo de representação do próprio reino, de modo que a referida junta-geral correspondesse a uma versão em menor escala de toda a coroa portuguesa. A dimensão microcós mica da concepção corporativa também pode ser percebida, ainda que em proporção menor, quando um

dos membros da sessão é referido por Lopes Sierra como a “cabeça da república do governo político”,⁴ ou seja, o que o autor considera como “governo político” da capitania da Bahia compõe uma corporação ou “república”, e, portanto, possuía uma “cabeça”. Tal como Afonso Furtado, enquanto “governador e capitão-geral de mar e terra do Estado do Brasil” era a “cabeça” de um corpo formado por todos os súditos da coroa portuguesa que habitam o que Lopes Sierra denomina “Estado do Brasil”.

Retornando à questão dos impostos, segundo o autor, “o político governo e interessados” se apresenta ao tribunal da seguinte maneira:

Graças rendemos a Vossa Senhoria⁵ pelo zelo e pelo amor com que trata e procura nosso remédio. E estamos reconhecendo quanto é justo tudo o que Vossa Senhoria há proposto e o muito que convêm seus e deles remédios que Vossa Senhoria tão prudentemente aponta, pois assim o está pedindo.

Mas Senhor, como isto é notório, também o são, Vossa Senhoria, os muitos empenhos com que hoje se acha essa cidade [...]. E sabe Vossa Senhoria também o muito que custou os 20 U ducados que se gastaram nesta função dos paulistas, a que se une a fraqueza que há de frutos e a atenuação com que, por essas razões estão os moradores para haver de admitir-se agora ser novamente finto à vista do malogro do contribuído, e que, neste particular, não tinha mais que dizer, este ou deste mesmo voto foram os cidadãos, evitando que se falasse em finta (Sierra, 1676).

Por meio dessa resposta que o “governo político” e os cidadãos dão ao conselho, percebe-se o caráter corporativo dessa “junta-geral”, onde os moradores e seus representantes defendem seus interesses perante o governador, alegando as contribuições que já haviam despendido na contratação dos paulistas para conter os ataques indígenas e, receosos de que lhes fosse cobrada uma finta, não concordavam em proceder à “conquista dos bárbaros”, enquanto “a justiça e os militares ministros” insistiam para que se desse seguimento à empresa, embora os seus recursos estivessem bastante limitados, demonstrando a sua honra enquanto parte mais importante da sociedade. Como narra o panegírico, ao se deparar com a falta de consenso das partes, Afonso Furtado diz:

Bem pensei eu, Senhores, quando dispus esta junta, conseguir o efeito para que a dispus, que era o Serviço de Deus, de Sua Alteza e bem público, o que acho dificultado quiçá por não haver-se pesado esta matéria no grau de sua estimação.

4 Stuart Schwartz acredita que Lopes Sierra está se referindo ao vereador mais velho da Câmara Municipal de Salvador.

5 Os governadores-gerais recebiam o tratamento de “senhoria”. Este tratamento era condizente ao seu status social superior ao dos demais ministros régios, e significava o reconhecimento de sua autoridade por parte deles e da população. Ver Cosentino, 2009, p. 74-75.

Bem viera eu no aqui proposto se nós quiséssemos fazer esta conquista por opinião; mas nós estamos em lance mais apertado que é haver de fazê-la por necessidade. E esta nos sabe sujeitar a lei nenhuma, senão fazer o que faz o braço do humano corpo que vendo cair o golpe sobre sua cabeça, o põe ao corte da espada (Sierra, 1676).

Pode-se compreender, pela fala de Afonso Furtado, que o desacordo entre as partes devia-se ao fato de que não haviam considerado a gravidade do assunto em pauta, e, por essa razão, estavam colocando suas opiniões acima da necessidade de se servir, primeiramente a Deus, ao rei e ao bem comum. Segundo o governador, a urgência de se resolver a guerra contra os “bárbaros”, que representavam “o mal do corpo desta república” (Sierra, 1676), pedia o sacrifício de todas as corporações representadas. Para ilustrar seu argumento, Afonso Furtado utilizou-se de uma metáfora baseada na concepção corporativa de sociedade, o “braço”, que representava os homens que ocupavam as funções mais elevadas da sociedade baiana da época, que no reino corresponderia à nobreza. Esta deveria sacrificar-se quase insistentemente para que a “espada”, representando aqui os “assaltos do gentio”, não atingisse a “cabeça”, que comumente representava o rei, que possuía vital interesse na “conquista dos bárbaros”. Embora essa interpretação seja a mais provável, a passagem ainda dá margem a mais duas possíveis interpretações. A primeira seria que, ao referir-se ao termo “cabeça”, Lopes Sierra (ou supostamente Afonso Furtado) estivesse aludindo à própria capitania da Bahia, que como sede do governo-geral representava a “cabeça” territorial do “Estado do Brasil”, e que, portanto, ao encontrar-se ameaçada pelos ataques indígenas, colocava em risco a unidade (ou pretensa unidade da conquista). Por último, e menos provável, seria a possibilidade de se estar tomando por “cabeça” as partes da Bahia de onde a capitania tirava seu sustento material, ou seja, os engenhos.

Após deliberar com a junta, Afonso Furtado decide que o melhor para todos seria prosseguir com a conquista, e profere a seguinte justificativa:

Devemos purgá-los, seguindo a conquista, assim porque convém, como porque o ânimo de Sua Alteza é conservar seus vassallos, e eu, em seu nome, atendendo a falta de fazenda que, se me representa, têm. E sem embargo de achar-se a sua atenuada, tomou sobre mim prosseguir a conquista à sua custa, por ser assim gosto seu e ordem e que, para fazê-lo foi servido mandar-me, em caso que presidisse o que aqui se passou. Resta que os fragmentos que ficaram da fazenda que se cobrou do povo e para em poder do tesoureiro João Matos de Aguiar, se entregue aos ministros reais, tesoureiro e almoxarife (Sierra, 1676).

A decisão de Afonso Furtado em continuar com a “conquista do gentio” denota a importância do governador-geral em agir como juiz dos interesses das partes, tendo sempre em vista o bem comum da coroa, embora isso tivesse custado os últimos recursos de que a comunidade dispunha. Apesar de interligados, os interesses locais não poderiam sobrepor-se ao interesse maior, que era o interesse de toda a corporação. Dessa forma, ainda que a

fazenda local estivesse esgotada, o bem comum da coroa, como premissa última, englobava o bem comum da América portuguesa, especialmente “em negócio em que sua alteza e eles⁶ iam tão interessados” (Sierra, 1676), fazendo com que a escassez de recursos locais se tornasse uma mera futilidade (Hespanha; Xavier, 1992).

Nesse tipo de conselho local, o grupo dominante, que controlava os meios de comunicação com a coroa, tinha a maior influência na construção do discurso dos debates e, portanto, na resolução da questão proposta. Apesar do protesto dos moradores e da Câmara, foi o parecer dos militares e dos magistrados que determinou a aprovação do governador Afonso Furtado de que se prosseguisse a conquista (Hespanha; Xavier, 1992). Percebe-se que as razões expostas pela “cabeça da república do governo político”, embora admitida como razoável, deveria se adequar ao interesse da maior e melhor parte, que funcionava como representação do bem comum.

Este aspecto também pode ser entendido como um exemplo da imagem econômica da “cabeça” da sociedade corporativa, que correspondia à função de um “chefe de família”, pois como não havia conflito de interesses no interior da família, também não havia conflito nas decisões dentro do exercício da Justiça (como mediadora das esferas de interesse dentro da sociedade corporativa). Dessa maneira, e levando em consideração o caráter informal da gestão na sociedade corporativa, o governador deveria agir como um “pai de família”, cuja função é organizar os meios disponíveis para assegurar o bem-estar de sua casa e promover o desenvolvimento dela; não deve se limitar a conservar a situação da conquista, mas assegurar o seu engrandecimento, e, conseqüentemente do reino. Ou seja, uma administração ativa, calcada na oportunidade e convencionalismo necessários para atingir os resultados esperados (Hespanha; Xavier, 1992).

O bem comum também é retratado aqui como a harmonia entre as diversas esferas da sociedade, pois assim como coloca o governador, este age em nome do rei, cuja vontade é “conservar os seus vassalos”, e, portanto, a vontade do governador não poderia ser diferente. Afonso Furtado não poderia ignorar a jurisdição de seus “pares”, que eram também representantes locais da coroa, embora lhe fossem hierarquicamente subordinados. Então, o governador ouve a opinião dos presentes e decide o que fazer, não deixando de justificar sua posição, ou, em outras palavras, Afonso Furtado “negocia” com as autoridades presentes, convencendo-as de que sua decisão seria a mais acertada perante aquela situação. Percebe-se que embora o governador e os ministros estivessem representando suas respectivas jurisdições, ao mesmo tempo todos representavam o governo-geral do “Estado do Brasil”, numa versão em menor escala do governo da coroa, adaptando-a para reproduzir na “junta-geral” uma instituição do reino, a Mesa de Fazenda, o que sugere novamente a autonomia e capacidade de organização das localidades além-mar.

A partir destas lógicas apresentadas por Lopes Sierra em seu discurso, notam-se diversos aspectos acerca da autonomia relativa do governador Afonso Furtado durante o tempo em

6 “Eles”, os moradores da Bahia.

que administrou o “Estado do Brasil”. Em razão da disposição natural da sociedade, baseada em uma ordem superior e na irredutibilidade dos estatutos que compõem tal ordem, as sociedades de Antigo Regime se autorepresentavam de maneira fortemente hierarquizada, e seu equilíbrio residia sobretudo nesta desigualdade entre as jurisdições, pois todas eram necessárias para o bom funcionamento do corpo social e deveriam possuir autonomia para exercer sua função. Esta concepção também teve influência na questão territorial, pois a jurisdição poderia ser interpretada como um atributo natural de uma comunidade territorial, o que geraria a necessidade de um ente público autônomo, ou potencialmente autônomo (Hespanha, 1994).

Dessa forma, a tradição, instituída mediante um processo “natural”, era o meio pelo qual se poderiam legitimar as maneiras mais recentes de organização social, portanto as conquistas recebiam uma administração de caráter originário, mas não original. As instituições do reino, como o governo-geral, eram adaptadas aos novos territórios de acordo com o referencial herdado do reino, sublinhando, dessa forma, a capacidade de auto-organização da América portuguesa e sua autonomia em resolver as questões internas em conselhos locais, com suas próprias vias de legitimação e comunicação com a coroa.

Referências bibliográficas

COELHO, Maria Filomena C. *A justiça d'além-mar: lógicas jurídicas feudais em Pernambuco (séc. XVIII)*. Recife: Massangana; Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

COSENTINO, Francisco Carlos. *Governadores-gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2009.

HESPANHA, António Manuel. Antigo Regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português. In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAGOSO, João (orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992.

KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PENNINGTON, K. Law: Law, legislative authority, and theories of government, 1150-1300. In: BURNS, J. H. (ed.). *The Cambridge History of Medieval Political Thought c.350-c.1450*, v. 2. Cambridge University Press, 1988. *Cambridge Histories Online*. Cambridge University Press, 2011.

SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SIERRA, Juan Lopes. *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado (Bahia, 1676)*. In: SCHWARTZ, Stuart B.; PÉCORA, Alcir (orgs.). *As excelências do governador: o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SORIA, Jose Manuel Nieto. *Fundamentos ideológicos del poder Real em Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madri: Eudema, 1988.

SUBTIL, José. Os poderes do centro. In: MATTOSO, José (org.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1992.

Recebido em 5/8/2012
Aprovado em 12/11/2012